

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

**CENTRO MUNICIPAL INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM MODELO,
VÁRIOS OLHARES**

BOA VISTA
2004

MARCELINO ALVES BATISTA JÚNIOR

**CENTRO MUNICIPAL INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM MODELO,
VÁRIOS OLHARES**

Monografia apresentada ao Departamento de Comunicação social como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, sob a orientação do professor Maurício Zouein.

**BOA VISTA
2004**

*Com determinação e tempo, acha-se o
segredo de fazer tudo e fazê-lo bem feito (Provérbio
Chinês)*

À minha mãe por me orientar sobre os percalços da vida; ao meu pai e irmãos por estarem sempre presentes em minha vida; à tia Eunice pelas muitas orações e à Paulina Vasconcelos, uma mãe para mim aqui em Roraima.

À minha mãe, em especial; aos meus amigos, professor Givanildo e Ana Paula Vasconcelos por acreditarem na possibilidade do trabalho; a todos os professores do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima, pela paciência e força que sempre me deram; ao meu orientador Mauricio Zouein, que como ninguém soube entender a falta de tempo de seu orientado e as dificuldades durante a pesquisa; a todas as crianças assistidas pelo Centro de Educação Especial Municipal, seus pais e aos profissionais que exercem seu trabalho no Centro, acima de tudo com amor e dedicação incondicionais.

**CENTRO MUNICIPAL INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM MODELO,
VÁRIOS OLHARES**

TERMO DE APROVAÇÃO

Banca examinadora:

Prof. Mauricio Zouein (Orientador)

Prof.^a MSc. Vângela Maria Isidoro de Moraes

Prof^a Especialista Edith Siems

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. DEFINIÇÃO	9
1.1. A QUEM SE DESTINA:	11
1.2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO GERAL:	11
1.3. MODALIDADES DE ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL:	12
2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	14
3. CONCEITOS IMPORTANTES	16
4. EXCLUSÃO E DIFERENÇA	19
5. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO ESPECIAL	22
6. MÍDIA E DIVERSIDADE	27
7. RUMO À INCLUSÃO	30
8. CENTRO MUNICIPAL INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	38
8.1 METODOLOGIA	39
8.1.1 DA COLETA DE DADOS	42
8.2. VÍDEO-DOCUMENTÁRIO: UM MODELO, VÁRIOS OLHARES	48
8.2.1. O QUE É DOCUMENTÁRIO	49
8.2.2. DOCUMENTÁRIO: A HISTÓRIA	51
8.2.3 TÍTULO DO DOCUMENTÁRIO	54
8.2.4 O POR QUÊ DO TÍTULO	54
8.2.5 O INEDITISMO DA OBRA	55
8.2.6. A ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO	55
8.2.7. PLANO DE PRODUÇÃO	56
8.2.8. ROTEIRO DO DOCUMENTÁRIO	56
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	70

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a Educação Especial foi desagregada da Educação Geral, mas de alguns anos para cá, a Constituição Federal estabeleceu o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III), dando preferência à inclusão, ressaltando os casos de excepcionalidade em que as necessidades do educando exigem outras formas de atendimento.

O conhecimento da realidade é ainda bastante precário, porque não se dispõe de estatísticas completas nem sobre o número de pessoas com necessidades especiais nem sobre o atendimento. A Organização Mundial de Saúde estima que em torno de 10% da população têm necessidades especiais.

Entretanto, a Educação Especial ainda não é considerada uma questão de todos os brasileiros, sendo no máximo, um problema de algumas famílias.

E a mídia, como formadora de opinião, pode ser responsável ou por muitos pensamentos preconceituosos, na medida em que se exime de seu papel social, ou

por uma concepção de integração, onde todos são partícipes das mudanças sociais, pois nada justifica o isolamento do convívio com os demais indivíduos, seja na escola ou fora dela.

Nesse contexto, o Centro Municipal Integrado de Educação Especial de Boa Vista tem desempenhado um excelente trabalho no sentido de (re)habilitar as crianças para, assim, integrá-las ao ensino regular, melhorando suas condições de convívio, e, quem sabe num futuro (que esperamos próximo) não ser mais tão necessário, pois Roraima já terá se adequado à inclusão. Enquanto isso não acontece, o Centro Municipal Integrado surge como modelo concreto de integração no Estado e que precisa de políticas públicas urgentes dando-lhe subsídios para o desempenho de suas ações.

O Centro Municipal Integrado de Educação Especial de Boa Vista é apresentado neste trabalho num vídeo documentário que se empenha em resgatar a identidade da Instituição, bem como ressaltar a importância que lhe é devida, partindo de um estudo sobre a Educação Especial, suas modalidades de atendimento, mediante uma análise dessa modalidade de ensino no Brasil, lançando um olhar generalizado sobre algumas concepções e tentando identificar as políticas públicas voltadas para o assunto em questão.

O vídeo documentário retrata a rotina do Centro Municipal Integrado e apresenta sua identidade a partir da opinião de pais e funcionários, valendo ressaltar que este trabalho vem resgatar o tema Educação Especial, pouco abordado em Roraima.

1. DEFINIÇÃO

A Educação Especial como diz MANZANO (1992) era vista como um “conjunto de conhecimentos científicos e intervenções educativas, psicológicas, sociais e médicas, que buscam otimizar as possibilidades de sujeitos excepcionais” e por isso, é muito abrangente, reunindo uma série de necessidades educativas especiais, uma equipe multidisciplinar, composta pelos mais diversos profissionais e especialistas, cujo objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida àqueles que, por algum motivo, precisam de atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social.

Hoje, de acordo com a Resolução CEB 02/2001, Educação Especial é um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Nesse sentido, os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

A educação de alunos com necessidades educacionais especiais, tem os mesmos objetivos da educação regular, com algumas modificações na organização

e no funcionamento da educação escolar, é claro, para que esses alunos tenham os recursos escolares necessários e por isso, precisa ser planejada de maneira a responder positivamente com situações de ensino-aprendizagem que contemplem tais especialidades.

“Discutir a educação de *“alunos com necessidades educacionais especiais”* implica resgatar o sentido da *“Educação Especial”*, ainda que isto possa desagradar aos que se colocam à frente das discussões sobre *“Educação inclusiva”*, já que, diante de *“necessidades educacionais especiais”*, a educação escolar deve responder com situações de ensino-aprendizagem diferentes das organizadas usualmente para a grande maioria dos educandos, ou seja, das situações comuns de ensino ou ensino regular” (MAZZOTTA, 1993, p. 117).

A identificação das necessidades educacionais especiais e as decisões e orientações sobre o atendimento dos alunos que as apresentem, merecem uma avaliação criteriosa por parte dos profissionais envolvidos, bem como da família de cada aluno, pois muitas dessas necessidades educacionais, mesmo dos alunos portadores de deficiências, podem ser atendidas sem o uso de ações e recursos especiais, em escola comum e com recursos regulares.

Não se pode esquecer, no entanto, que as necessidades educacionais especiais, cujo atendimento esteja além das condições e possibilidades dos professores e dos demais recursos escolares comuns, precisam de auxílios e serviços educacionais de professores especialmente preparados para atendê-las.

Ainda conforme Mazzotta (1996, p. 118), por outro lado, as necessidades educacionais especiais acompanhadas de necessidades especiais de outras ordens,

precisam da intervenção imediata da escola no sentido de encaminhar, orientar ou viabilizar o atendimento necessário, ainda que do âmbito social, médico ou outro, de forma indireta, cooperativa e integrada à educação escolar.

1.1. A quem se destina:

Segundo Ferreira (1999, p. 11-18), a Educação Especial destina-se aos portadores de necessidades educativas especiais, ou seja, todos que precisam de métodos, recursos e procedimentos especiais durante o seu processo de ensino-aprendizagem. Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

1.2. Educação Especial e Educação Geral:

Conforme Ferraro (1999, p. 28), durante muito tempo a Educação Especial foi desagregada da Educação Geral, mas de alguns anos para cá, a Educação Especial tem sido vista no contexto da Educação Geral, ou seja, o portador de

necessidades especiais deve ser atendido no mesmo ambiente que o não-portador, a chamada Educação Inclusiva, onde o portador de necessidades especiais é inserido em classes regulares de ensino.

No entanto, não tem sido uma postura fácil de se adotar numa sociedade tão preconceituosa e discriminadora como a nossa. Muitos pais de alunos ditos normais são contrários a esta inclusão. Também alguns professores, coordenadores, diretores e funcionários oferecem resistência. Mas, mesmo assim, várias, e com muito êxito, têm sido as experiências de inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais nas classes e/ou escolas regulares.

1.3. Modalidades de Atendimento em Educação Especial:

De acordo com o Centro de Estudos, Educação e Sociedade¹, as modalidades de atendimento em Educação Especial, dependem da realidade de vida do portador de necessidade especial, do seu potencial e de suas limitações, bem como dos recursos do educador e da instituição escolar, quando é o caso, pois muitas vezes a educação acontece em casa ou em outras instituições.

Merecem destaque as modalidades: Escola Regular, Classe Regular, Escola Especial, Classe Especial, Ensino Domiciliar, Classe Hospitalar, Escola Hospitalar, Escola Profissionalizante, Empresa-Escola.

No Brasil, as modalidades de atendimento em Educação Especial são: Escola Especial, Sala de Estimulação Essencial, Classe Especial, Oficina

¹ Caderno CEDES 46. A Realidade. Porto Alegre, 1991 (p.47-52)

Pedagógica, Classe Comum, Sala de Recursos, Ensino com Professor Itinerante, Classe Hospitalar, Atendimento Domiciliar, Centro Integrado de Educação Especial

Para cada realidade há um tipo de modalidade de atendimento diferente, ou seja, a Educação Especial atua em função da demanda, do potencial, dos interesses e objetivos do indivíduo a ser atendido, como por exemplo, uma aluna que precise trabalhar ajudar nas despesas familiares pode estudar na própria empresa onde trabalha - uma Empresa-Escola, onde os funcionários podem estudar.

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

De acordo com Amélia Hanze² A institucionalização da Educação Especial no Brasil tem pouco mais de três décadas, tendo aparecido, pela primeira vez, enquanto legislação na LDB 4.024/61, onde “a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação”, mas somente na LDB 5.692/71, foi previsto o tratamento especial para os alunos com deficiências físicas ou mentais e os superdotados.

Na década de 70 é criado o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) junto ao MEC, com o objetivo de centralizar e coordenar as ações de política educacional, que existiu até 1986, mas em toda a sua trajetória, manteve uma política centralizadora que priorizava o repasse de recursos financeiros para as instituições privadas. Extinto o CENESP, criou-se a Secretaria de Educação Especial do MEC.

Em 1986 é criada a CORDE (Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), junto a Presidência da República com o propósito de coordenar assuntos, atividades e medidas referentes ao portador de deficiência. Em 1989, a CORDE foi transferida para o Ministério da Ação Social, e a área de Educação Especial do MEC, foi transformada em coordenação, havendo uma redução do poder político da área, nos dois casos.

Em 1993, voltou a existir a Secretaria de Educação Especial (SEESP), no Ministério da Educação, ficando claro que a Educação Especial tem sido um foco

² História da Educação Especial. Disponível em: <http://forum.brasilecola.com> .

secundário das políticas públicas e que as discontinuidades marcaram sua trajetória. Todavia, a partir da década de 90, as discussões referentes à educação das pessoas com necessidades especiais, tomaram uma atenção maior.

Exemplo disso, é a recente LDB 9.394/96 que, em seu Capítulo V, aponta que a educação dos portadores de necessidades especiais deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino, representando uma nova forma de entender a educação de integração dessas pessoas.

3. CONCEITOS IMPORTANTES³

Educação Especial - processo de desenvolvimento global das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referências teóricas e práticas, compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores do ensino. Sob o enfoque sistêmico, a educação especial integra o Sistema Educacional vigente, identificando-se com sua finalidade que é a de formar cidadãos conscientes e participativos.

Alunado da Educação Especial - é constituído por educandos que requerem recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Genericamente chamados de portadores de necessidades especiais, classificam-se em: portadores de deficiências (visual, auditiva, mental, física e múltipla), portadores de condutas típicas (problemas de conduta decorrentes de síndromes de quadros psicológicos e neurológicos que acarretam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social) e os de altas habilidades (com notável desempenho e elevada potencialidade em aspectos acadêmicos, intelectuais, psicomotores e/artísticos).

Pessoa portadora de deficiência - é a que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais,

³ Conceitos retirados do Livro: Desafios da Educação Especial, da Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC, 1994.

decorrentes de fatores inatos e/ou adquiridos, de caráter permanente e que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social.

Pessoa portadora de necessidades especiais - é a que, por apresentar, em caráter permanente ou temporário, alguma deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, ou ser portadora de condutas típicas ou ainda de altas habilidades, necessita de recursos especializados para superar ou minimizar suas dificuldades.

Aluno com necessidades educacionais especiais - é aquele que, por apresentar dificuldades maiores que as dos demais alunos, no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, seja por causas internas, por dificuldades ou carências do contexto sócio-familiar, seja pela inadequação metodológica e didática, ou por história de insucessos em aprendizagens, necessita, para superar ou minimizar tais dificuldades, de adaptações para o acesso físico - remoção de barreiras arquitetônicas e/ou de adaptações curriculares significativas, em várias áreas do currículo.

Modalidades de atendimento educacional - são alternativas de procedimentos didáticos específicos e adequados às necessidades educacionais do alunado da Educação Especial e que implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados.

Potencialidade - predisposição latente no indivíduo que, a partir de estimulação interna ou externa, se desenvolve ou se aperfeiçoa, transformando-se em capacidade de produzir.

Incapacidade - impossibilidade temporária ou permanente de executar determinadas tarefas, como decorrência de deficiências que interferem nas atividades funcionais do indivíduo.

Reabilitação - conjunto de medidas de natureza médica e social, educativa e profissional para preparar ou reintegrar o indivíduo, com o objetivo de que ele alcance o maior nível possível de sua capacidade ou potencialidade.

Integração - processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua integração nos grupos sociais e que implica reciprocidade.

Integração escolar - processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas, segundo as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa (escolar) se refere ao processo de educar-ensinar junto a crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de sua permanência na escola.

Normalização - princípio que representa a base filosófica ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas de normalizar o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer aos portadores de necessidades especiais modos e condições de vida diária os mais parecidos possíveis às formas e condições de vida do resto da sociedade.

4. EXCLUSÃO E DIFERENÇA

A exclusão se faz por meio das instituições, dos regulamentos, dos saberes, das técnicas e dos dispositivos e para Foucault⁴, é muito mais cultural do que social; é uma questão de civilização. Tratando primeiro do louco, depois do prisioneiro – grandes modelos de exclusão – ele mostrou que, na sociedade ocidental, as exclusões são acumuladas, nunca vêm sozinhas, pois constituem uma separação original, um princípio estrutural, que impõe limites.

É a partir da exclusão, que se analisa a “diferença” como um problema concreto das relações sociais e institucionais. Entendida, a diferença, ora como alteridade, ora como divisão, se coloca como aspecto importante a ser refletido especialmente pelo sujeito que a enfrenta, que está sensibilizado para buscar compreendê-la mediante uma organização lógica e de significados onde se define, o lugar do “outro”, seus limites, suas possibilidades.

E é no espaço escolar que se visualiza as múltiplas diferenças postas em cheque, pelos papéis instituídos, disciplinarizadores, na demarcação de espaços de poder/saber, de regiões de quem fala, nos instrumentos para produzir efeitos sobre corpos e mentes, pois é desde a formação, ainda na família, depois continuando através da escola e permeando todo o sistema social, que a palavra de ordem é conformar-se à norma, ao sistema; é obediência a determinadas regras.

ELZIRIK; COMERLATO⁵, afirmam que são exigidos de crianças de primeiras séries o silêncio, a obediência, o sentar-se quieto nas classes, o responder ao

⁴ FOUCAULT (1987, p.27)

⁵ ELZIRIK; COMERLATO.(1995, p. 39-43).

solicitado (e quase não perguntar) e a professora passa boa parte do tempo pedindo silêncio e ordem, restando pouco para o trabalho com atividade de ensino-aprendizagem, sendo a partir daí que se começa a instituição das diferenças, pois é ali que estão sendo “construídos” os indivíduos em série, de acordo com o que a sociedade demanda. Nesse sentido, Bateson aponta:

“À educação cabe a tarefa de produção de “sujeitos” sociais: criação e reprodução. Nada de novo. Querendo ou não, sabemos dessa sua dupla direção. Podemos então perguntar: o que estamos produzindo? Que “sujeitos” estamos construindo? Mas o que entendemos por produção? Que tipo de produção queremos? Como se recolocam nossos papéis de educadores dentro desse momento histórico?” (BATESON, 1991)

Assim, pensar a diferença é pensar em mudança, e ambas carecem de algo que as suporte, que as conduza e mantenha no sentido de viabilização; esse algo tem a ver com a flexibilidade, entendida por Bateson⁶ como “uma potencialidade para mudança que não está sendo utilizada”, necessária diante das incertezas e das multiplicidades de possibilidades do saber.

A escola, é então, um lugar em que as palavras e as ações se inscrevem, desde a desordem, em novas ordens, de saber, de poder, de querer de gostar, de procurar, de sonhar, de sofrer. Práticas divisórias se instalam, bem como paradoxos se colocam e multiplicam, e, no lugar do sentido próprio da escola, que seria o de irradiar um processo de ensino-aprendizagem, significados se esvaziam; e, na perda de parâmetros, outros sentidos se recriam.

⁶ BATESON (1991, p. 67-68)

5. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Segundo o Plano Decenal de Educação para Todos⁷, a Constituição de 1988, instituiu o direito público subjetivo à educação de todos os brasileiros, inclusive os portadores de deficiência, preferencialmente junto à rede regular de ensino, tendo a questão das políticas públicas a eles destinadas estado mais presente em diferentes espaços da legislação educacional da União, Estados e Municípios. As novas constituições estaduais e as leis orgânicas municipais reproduziram ou ampliaram as referências à educação especial.

O documento afirma que a Lei 7.853, em 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, reafirmou a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino; a *“matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”*; e definiu como crime o ato de *“recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta”*.

O decreto que regulamenta a Lei, publicado dez anos depois (Decreto nº. 3.298, de 20.12.99), explicita que os serviços de educação especial serão ofertados nas escolas públicas ou privadas “mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as

⁷ MEC (1998)

necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem estar do educando".

Nas várias reformas educacionais ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o tema das necessidades educativas especiais esteve presente, com a referência comum da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com os apoios especializados necessários. A referência ao papel central da escola comum na educação dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais foi também assumida pela adesão do Governo Brasileiro à Declaração de Salamanca, de 1994 (MEC/ SEESP, 1996).

Mesmo considerando as possíveis falhas técnicas nos levantamentos e estatísticas da educação especial e ainda que se leve em conta a chamada integração casual que não se revela nos dados específicos, resta um quadro mais que aparente de distanciamento entre as metas políticas anunciadas e o atendimento efetivo por parte do poder público.

Tal participação pouco expressiva da educação especial no conjunto da oferta na educação básica, naturalmente se revela também na questão de recursos orçamentários. Na proposta do Plano Nacional de Educação do MEC, de 1997, apontava-se a necessidade de reservar "uma pequena parcela dos recursos vinculados à educação (entre 1 e 5%)" para a educação especial, o que indicava que os recursos disponíveis não ultrapassavam 1%.

De fato, em publicação do MEC sobre a situação da educação básica no Brasil (MEC/INEP, 1999), na qual são analisados os gastos públicos com educação no Orçamento de 1996, as despesas com a área de educação especial, no cômputo geral da educação, corresponderam a 0,37% na esfera federal, 0,50 % nos estados e 1,10% nos municípios. Estudo anterior do próprio MEC, de 1995, mostrava como se poderia tornar mais barato para a educação pública apoiar financeiramente as instituições filantrópicas do que incorporar os alunos considerados especiais em suas próprias redes – o que o estudo denominava “terceirização vantajosa” (MEC/SEESP, 1996).

Na nova versão do Plano Nacional de Educação, aprovada pela Câmara dos Deputados e encaminhada à apreciação do Senado, prevê-se para a educação especial a meta de atingir, em dez anos, mínimo de 5% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, *“contando, para tanto, com as parcerias com as áreas de saúde, assistência social e previdência”* em um conjunto de ações. Não se incorporou, aqui, emenda do Deputado Flávio Arns, presidente da Federação Nacional das APAES, propondo a meta do percentual de 10% em cinco anos.

Nas poucas alterações do conjunto de metas, comparando-se o substitutivo com a proposta original do MEC, destacam-se, além da questão orçamentária: (1) definição do prazo de 2 anos, não existente na proposta original, para que se estabeleçam indicadores básicos de qualidade para o funcionamento de instituições de educação especial; (2) revisão da meta referente aos apoios especializados junto ao ensino regular, alterando a proposta de redimensionar as classes especiais e criar salas de recursos de forma a apoiar a integração em classes comuns para

“redimensionar conforme as necessidades da clientela, incrementando, se necessário, as classes especiais, salas de recursos e outras alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns...” ; (3) inclusão da meta “assegurar a continuidade do apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fim lucrativo com atuação exclusiva em educação especial, que realizem atendimento de qualidade, atestado em avaliação conduzida pelo respectivo sistema de ensino”.

É preciso lembrar ainda matéria do jornal Folha de São Paulo⁸ divulgando que o Tribunal de Contas da União, ao aprovar as contas do governo federal de 1999, classificou de insatisfatória a ação na área social, apontando que os investimentos da União com o ensino teriam caído de 6,7 bilhões de reais em 1996 para 5,3 bilhões em 1999.

Na escola pública, acompanha-se o registro ainda pontual das experiências de inserção escolar de alunos com necessidades especiais junto às classes comuns. Não é claro que se estejam alterando significativamente, como tendência dominante, as práticas pedagógicas e administrativas da escola básica para facilitar a inclusão, especialmente quando chegam os alunos com características mais diferenciadas.

Em duas pesquisas sobre a inserção de alunos com deficiência física em escolas comuns públicas, revelou-se que o ônus da adaptação ainda cabe ao aluno e sua família (Garcia, 1999; Bernal, 2000). De outra parte, a implantação dos ciclos

⁸ FSP, 15 e 20/6/00

de estudos e do sistema de progressão continuada no ensino básico certamente redefinirá os espaços da denominada educação especial.

Ferraro (1999, p. 22-47), em diagnóstico do quadro da escolarização no Brasil, distingue os alunos excluídos da escola daqueles excluídos na escola (com frequência fortemente defasada). Sustenta que o problema mais grave de nossa escola fundamental é a exclusão na escola, associada à reprovação e repetência, mas que *“isso não deve levar a minimizar o problema do acesso ou da exclusão da escola”* (p. 46). Associando esses conceitos à área das necessidades educacionais especiais, aparece a imagem da dupla exclusão, cuja superação parece estar além do debate, muitas vezes semântico e restrito, sobre integração X inclusão.

6. MÍDIA E DIVERSIDADE

A deficiência ainda não é considerada uma questão de todos os brasileiros, sendo no máximo, um problema de algumas famílias, que devem aceitar o fardo de terem que lidar por tempo indeterminado com um carente próximo que não enxerga, não ouve, não anda, não conseguiu aprender a ler e a fazer contas como a maioria da população que teve acesso à educação.

Segundo o livro *Mídia e Deficiência*⁹, a mídia tem sido responsável por muitos desses pensamentos preconceituosos, na medida em que se exime de seu papel social, formador de opiniões, tratando o assunto covardemente. Assim, é fundamental que o jornalista defina ou comece a definir sua posição diante dos temas relativos à inserção de pessoas com deficiência na sociedade, fazendo-se iminente o entendimento de dois conceitos: inclusão e integração.

Mesmo quando existe interesse e desejo de realizar uma boa cobertura, os jornalistas se deparam com a desinformação sobre aspectos educacionais, jurídicos, técnicos, médicos, éticos e políticos.

Ainda de acordo com o livro *Mídia e Deficiência*, cabe ao profissional da mídia contribuir para a atualização da sociedade, ao difundir, com a maior agilidade possível, os conceitos de integração e inclusão, que, quase sempre, vêm associados a novas práticas.

⁹ ANDI; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Mídia e Deficiência*. (2003).

Os temas relacionados ao universo das pessoas com deficiência mantêm conexão muito clara com a vida cotidiana e interessam diretamente a uma grande parte da população, devendo merecer uma atenção diária e não apenas extraordinária. No esforço para se atingir uma boa cobertura, seria, ainda, desejável que imprensa ampliasse o leque de fontes ouvidas, dando visibilidade a múltiplos pontos de vista, capazes de contribuir para o processo de inserção social das pessoas com deficiência.

Pesquisa realizada pela ANDI e pela Fundação Banco do Brasil, em 2002, demonstra o quanto a imprensa ainda se encontra pouco mobilizada e/ou mal preparada para elaborar e investigar, por conta própria, pautas sobre o tema. Segundo a pesquisa, inexiste na mídia brasileira a discussão de aspectos relacionados ao preconceito que costuma cercar a questão da Deficiência e que sempre se reflete, de alguma maneira, na dimensão da linguagem.

O fato de uma pessoa ser deficiente não garante que esteja consciente de seus direitos nem de seus deveres. E, nesse aspecto, caberia uma postura mais crítica e ativa dos jornalistas, divulgando conceitos atualizados e indagando, em face das declarações das fontes, se tais visões são compatíveis com legislação brasileira ou com os tratados internacionais sobre os direitos humanos. Assim, poderia colaborar com o processo de educação da sociedade e, inclusive, com a qualificação do discurso e a conscientização dessas próprias fontes. Elas têm relevado desconhecimento de seus direitos mais elementares.

Na maioria das vezes também as pautas têm optado por enfocá-la, prioritariamente, apenas como merecedoras de benefícios e de filantropia. Nas matérias que não têm a Deficiência como Foco central, o percentual que indica o tratamento de sujeitos de direitos se equipara ao sujeito carente ou desamparado.

Por iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS) discute-se no Congresso Nacional o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A proposta é de que o documento se transforme em uma espécie de constituição para essa população, assegurando direitos de cotas de vagas em empresas, acessibilidade de locomoção em centros culturais/educacionais e políticas de educação que atendam a suas necessidades, além de impor multas para o descumprimento da legislação.

A cobertura sobre a inserção de pessoas com Deficiência na sociedade, quando analisada sob o enfoque das políticas públicas, revela o desconhecimento dos meios de comunicação sobre temas importantes, como a própria educação inclusiva. Por isso, o profissional da mídia deve estar atento ao fato de que o movimento pela inclusão pode ganhar um instrumento político de grande relevância na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Afinal, incluir é a crença de que todos têm direito de participar ativamente da sociedade. Como ideologia, a inclusão vem para quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados.

7. RUMO À INCLUSÃO

De acordo com o que está descrito no Manual da Mídia Legal, editado em novembro de 2002, pela Escola de Gente em parceria com o Ministério Público Federal, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Rede ANDI, existe expressões que devem ser evitadas.

A palavra “portador”, por exemplo, não é recomendada pois, pessoas não necessariamente carregam suas deficiências nas costas, como um fardo e, de vez em quando, descansam delas.

Não são utilizadas expressões como “portador de olhos azuis” e a palavra portador não cria relação de direito-dever entre pessoas com e sem deficiência, porque não divide responsabilidades, é como se a deficiência não fosse uma questão da sociedade, apenas um problema do “portador” e de seus familiares.

Expressões como “crianças especiais” (ou adolescentes, adultos, idosos...), “necessidades especiais” não devem ser usadas com referência à deficiência, pois hoje se adquiriu uma conotação que tenta abstrair, dos indivíduos com deficiência, sua condição humana. Confere-lhes, assim, uma diferenciação inadequada pois, por sermos únicos, somos, todos, especiais, sem exceção.

Pela mesma razão, a designação “excepcional”, embora inicialmente pareça importante, traz um conteúdo preocupante, pois atribui à pessoa com deficiência um lugar de alguém que foge aos padrões humanos de existência e de comportamento.

De acordo com o mesmo Manual, quanto mais vista como excepcional ou especial é uma criança, mais difícil se torna, para o professor, se imaginar com ela em sala de aula. Desse falso pressuposto, nasce e se fortalece, também, a idéia de que os professores precisam se preparar muito, quase infinitamente, para receber um aluno com deficiência na turma.

O vocabulário especial, ao contrário do que o senso comum imagina, apresenta uma dimensão jurídica, referindo-se a necessidades educacionais que podem dizer respeito a qualquer pessoa, importante para definir, principalmente, técnicas pedagógicas adequadas ao processo educacional.

Necessidades educacionais ou educativas especiais estão, na teoria, à disposição de qualquer aluno, sem obrigatória relação com a deficiência. Na Constituição e em todo o aparato jurídico, as pessoas com deficiência são designadas pelo termo “portadores de deficiência”. É portanto, este termo que deve servir de referência quando usado em tal contexto específico.

Outro ponto a ser esclarecido é a confusão comum entre doença mental e deficiência mental ou intelectual. Deficiência mental se refere a um comprometimento originado por múltiplos fatores, temporários ou não, no âmbito do funcionamento intelectual, associado à capacidade que a pessoa tem de executar determinadas ações e responder às demandas da sociedade. Doença mental é um estado de desagregação existencial em que o sofrimento psíquico está associado a quadros de depressão, síndrome de pânico, esquizofrenia, transtornos de

personalidade etc. as pesquisas mais recentes sugerem o uso da expressão “transtorno mental” para designar o estado de doença mental.

Nesse contexto, o conceito de inclusão tem íntima relação com um outro, o de acessibilidade e, segundo o consultor em inclusão Romeu Kazumi Sassaki, em afirmação no Manual da Mídia Legal, para dizer que uma sociedade está acessível é preciso verificar sua adequação de acordo com seis quesitos básicos.

1. Acessibilidade Arquitetônica: não há barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos.

2. Acessibilidade Comunicacional: não há barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

3. Acessibilidade Metodológica: não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.) e de educação dos filhos (familiar).

4. Acessibilidade Instrumental: não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva).

5. Acessibilidade Programática: não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais, empresariais etc.).

6. Acessibilidade Atitudinal: não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Romeu Kazumi Sassaki chama a atenção para o fato de que a denominada Acessibilidade tecnológica não constitui um outro tipo de Acessibilidade, pois o aspecto tecnológico deve permear todos aqueles descritos acima, com exceção de atitudinal.

Assim, uma escola ou empresa é chamada de inclusiva quando consegue implementar medidas efetivas de acessibilidade nesses seis contextos, demonstrando que há preocupação em acolher toda a pluralidade de modos de ser e de existir presentes na espécie humana.

É preciso, ter cuidado para não confundir as ações, pois como são tomadas algumas medidas de acessibilidade para facilitar a inserção de pessoas com alguma diversidade ou deficiência, fica sempre a impressão equivocada de que se está praticando é a inclusão, embora o modelo seja de integração.

No âmbito da acessibilidade, o movimento pela integração teve vida longa e defendia, principalmente, transformações no ambiente arquitetônico. Já na década de 60, algumas universidades americanas haviam iniciado as primeiras experiências

de acessibilidade transformando suas áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas e lanchonetes.

Conforme o livro *Mídia e Deficiência*¹⁰, nos anos 70, aumentaram a preocupação e os debates sobre soluções que pudessem provê-las com o direito de ir e vir em qualquer ambiente.

Mas foi na década de 80, com a pressão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), que o movimento ganhou força, inclusive no Brasil, com a realização eliminação de barreiras (desenho adaptável), mas também a não-inserção de barreiras (desenho acessível).

Para melhor compreensão, o livro da Andi, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, apresenta as diferenças entre inclusão e integração¹¹.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS	
Inclusão	Integração
Inserção total e incondicional (crianças com deficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular)	Inserção parcial e condicional (crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para poderem freqüentar escolas ou classes regulares).
Exige rupturas nos sistemas	Pede concessões aos sistemas
Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem “ganha” mais; todas ganham)	Mudanças visando prioritariamente as pessoas com deficiência (consolida a idéia de que elas “ganham” mais)
Exige transformações profundas	Contenta-se com transformações superficiais
Sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de todos	Pessoas com deficiência se adaptam as realidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes
Defende o direito de todas as pessoas, com e sem deficiência	Defende o direito das pessoas com deficiência
Traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para todos	Insere nos sistemas os grupos de “excluídos que provarem estar aptos” (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão)

¹⁰ ANDI/ FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Mídia e Deficiência*. 2003.

¹¹ Idem (p. 21)

Valoriza a individualidade das pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc.)	Como reflexo de um pensamento integrador citamos a bloco homogêneo (ex: surdos se concentram melhor; cegos são bons massagistas, etc.)
Não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais	Tende a disfarçar as limitações para aumentar as chances de inserção
Não se caracteriza apenas pela convivência de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente	A simples presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador
A partir da certeza de que todos somos diferentes, não existem “os especiais”, “os normais”, “os excepcionais” – o que existe pessoas com deficiência	Incentiva pessoas com deficiência a seguir modelos, não valorizando, por exemplo, outras formas de comunicação, como a Libras. Seríamos então um bloco majoritário e homogêneo de pessoas sem deficiência, rodeada pelas que apresentam diferenças
O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc.)	O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas às pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora etc.)

Já no âmbito das atitudes, as ações e os programas de assistência social, como está definido na legislação, devem ter sempre por objetivo a habilitação e a inclusão das pessoas na sociedade. Reabilitar uma pessoa com deficiência é um processo de duração limitada e que tem o objetivo de provê-la para que alcance uma excelente evolução no nível mental, físico e/ou social funcional, preparando-a e provendo-a com ferramentas para modificar sua vida.

Ressaltando sempre que o ideal é que os programas de assistência social sejam temporários pois, se forem bem sucedidos, seus beneficiários em breve vão deixar de precisar deles. Funcionam como uma alavanca para o cidadão carente, em situação de exclusão econômica e financeira.

Afinal, ter uma deficiência não é, necessariamente, sinônimo de precisar de uma política assistencialista para viver. A política assistencialista se caracteriza por

estabelecer uma relação de dependência e conceber o beneficiário como um ser passivo, contemplado não com um direito, mas com um favor social.

Mas é claro que a pobreza cria condições para a deficiência e a deficiência reforça a pobreza, sendo que exclusão e a marginalização de pessoas com deficiência reduzem suas oportunidades de contribuir produtivamente para o lar e a comunidade, aumentando assim a pobreza, criando nisso um círculo fatídico e vicioso.

A meta do governo federal, conforme Ferreira (1999, p. 17) é que o público das escolas especiais se reduza gradativamente a um mínimo percentual de crianças e adolescentes que realmente tenham altíssimo grau de severidade em deficiência, a ponto de comprometer ou dificultar significativamente seu desempenho escolar.

Mas há controvérsia sobre as condições e o grau de deficiência que podem decidir o futuro da criança, ao encaminhá-la para a escola regular ou para a escola especial. Para muitos educadores, a escola deve se reformular até poder atender qualquer criança, com qualquer grau de deficiência, nas mesmas salas de aula.

Assim, com o tempo, mesmo os alunos com comprometimentos mais graves deveriam estudar em escolas inclusivas. Quanto às classes especiais existentes, a tendência é a de que sejam extintas na medida em que os professores das escolas regulares adquirirem maior e melhor experiência para lidar com os alunos que passaram sua vida escolar em salas especiais.

Entretanto, ainda hoje, segundo Wernneck (1999), no Brasil tanto a escola especial quanto a escola regular geram e incentivam a segregação. São, obviamente, formas mais ou menos sutis de ação, algumas difíceis de serem denunciadas como tal.

Assim, defender o conceito e a prática da educação inclusiva, portanto, não é propor uma guerra entre o “modelo especial” e o “modelo regular” torcendo para que vença o melhor, até mesmo pela lentidão do processo de transposição do modelo de integração para o de inclusão.

No entanto, há exemplos Brasil a dentro, de escolas e centros que trabalham no sentido de (re)habilitar as crianças para, assim integrá-las ao ensino regular, enquanto nos preparamos para viver e trabalhar, de fato, a inclusão, melhorando suas condições de convívio, que têm com muita dificuldade e poucos recursos, conseguido desempenhar um excelente trabalho, merecendo destaque.

Dessa forma tem atuado o Centro Municipal Integrado de Educação Especial de Boa Vista, desde 1991.

8. CENTRO MUNICIPAL INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Criado pelo Decreto de 30 de setembro de 1991, o Centro Municipal Integrado de Educação Especial, localizado à rua Paraíba, no Bairro dos Estados, faz um trabalho paralelo ao ensino regular, atendendo crianças regularmente matriculadas, que apresentem dificuldades de aprendizagem e convivência geradas por deficiências especiais, com o intuito de prepará-las para uma integração ou reintegração ao ensino regular, na medida que suas necessidades especiais permitirem, sem, no entanto, que elas deixem de freqüentar o ensino regular.

Não tem regimento interno e trabalha pautado na legislação nacional, contando com três fonoaudiólogos, dois psicólogos, três pedagogos, dois fisioterapeutas, um terapeuta ocupacional e um assistente social. Incluindo os técnicos, são 27 profissionais. Disponibiliza de um microônibus que vai pegar a criança na escola e leva até o Centro.

Atende hoje, 164 crianças e adolescentes, de 4 a 18 anos, sendo 49 da comunidade. A clientela surge da observação (fichas de observação), de supervisores e professores das escolas municipais. O Centro distribui essas fichas nas escolas e, observada alguma deficiência, o assistente social, do Centro atende à família e encaminha à triagem com os demais técnicos para realmente detectar as possíveis deficiências e, se necessário, nortear o atendimento que lhe será atribuído.

Atende inclusive crianças hiperativas. São atendimentos individuais de meia hora, exceto a pedagogia que trabalha durante uma hora, em grupo, funcionando como um reforço de ensino, num ambiente chamado “Sala de Recursos”.

Cada técnico atende em média oito crianças por dia, nos períodos manhã e tarde, sendo que cada criança pode ser atendida ao mesmo tempo, por diversos técnicos, de acordo com sua necessidade.

A prioridade de atendimento é para as crianças matriculadas regularmente no sistema de Ensino Municipal, motivo de sua criação, mas acaba atendendo crianças da comunidade, pela necessidade apresentada no Estado.

O Centro, não tem dotação orçamentária e é sustentado pela Secretaria de Educação Municipal, mas tem adotado medidas, como a elaboração do Regimento Interno, e outros registros legais que possam torná-lo apto a receber recursos.

No mês de Setembro foram feitas várias visitas ao Centro Integrado, no sentido de conhecer a modalidade de Educação Especial ali empregada, com a realização de uma pesquisa e entrevistas com funcionários e pais de crianças e adolescentes atendidos, de onde foram feitas as constatações apresentadas nesse trabalho.

8.1 METODOLOGIA

A idéia inicial desta pesquisa surgiu de uma visita ao Centro Integrado de Educação Municipal, em busca de subsídios para um trabalho sobre Educação

Especial em Roraima, uma vez que procurando dados sobre o tema junto ao Departamento de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação, constatou-se que não havia documentos ou registros suficientes que representassem o perfil dessa modalidade de ensino.

Várias vezes, em dois meses, visitou-se aquele Departamento para conseguir embasamento documental sobre a Educação Especial no Estado, tendo sempre como resposta um adiamento da entrevista.

Não podendo mais esperar, pelo tempo avançado, surgiu a idéia de abordar tão relevante assunto na esfera municipal, uma vez que, foi percebido um interesse entre os funcionários do Centro Municipal Integrado de Educação Especial.

Em conversas informais com a Coordenação da Instituição, logo percebeu-se que o Centro não tinha uma identidade formada, por conta da falta de um regimento interno que o amparasse legalmente, havendo apenas um decreto de criação de Setembro de 1991.

Percebeu-se ainda que não havia dados estatísticos e mapeamento que delimitasse o tipo de atendimento prestado, nem tão pouco um histórico da atuação do Centro desde a sua criação.

Ainda em conversas informais com a Coordenação e profissionais do Centro, iniciou-se um registro das atividades ali desenvolvidas, no intuito de fazer um

resgate da identidade da Instituição, mediante a produção do vídeo documentário que retrata o perfil do Centro.

Mesmo sabendo que a Integração, modalidade da Educação Especial adotada pelo mesmo esteja em amplo questionamento, uma vez que os fundamentos da Educação Especial já apontam para a necessidade iminente de se trabalhar a Inclusão social também no âmbito educacional, não se pretende em nenhuma etapa deste trabalho, determinar qual seja o modelo ideal a ser aplicado na Educação Especial.

Deseja-se, contudo, com o vídeo documentário, lançar um olhar de resgate que traduza o modelo ali empregado, reconhecendo o Centro Municipal Integrado de Educação Especial como referência de cidadania e afirmação dos direitos de quem, por algum motivo, esteja inserido no contexto de integração social em nosso município.

Durante uma semana do mês de Setembro, realizou-se uma coleta de dados das fichas das crianças e adolescentes atendidas no Centro, onde se verificou a idade, o sexo, a escola, o bairro, o ano de matrícula na instituição, o tipo de atendimento individual prestado e a quantidade de pessoas assistidas pelos profissionais.

Na pesquisa não se levou em consideração o quantitativo de crianças já assistidas pelo Centro e que não constam mais no registro de matrícula.

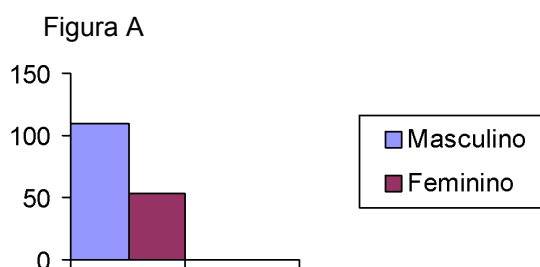
Após a fase de coleta de dados, iniciou-se o levantamento de informações, através de entrevistas com os profissionais do Centro e os pais das crianças e adolescentes, bem como a captação de imagens em vídeo, das atividades desenvolvidas. Sentiu-se também a necessidade de registrar a rotina de atendimento através de fotografias, anexas neste trabalho.

Concluídas as fases iniciais, partiu-se para a montagem do vídeo-documentário com duração aproximada de dez minutos, ressaltando que este suporte material representa apenas “uma corrente de informações”, parafraseando Lavrador (1984, p. 15), “entre seres humanos, os emissores, destinadores ou fontes, que originam as mensagens, e os receptores, destinatários ou leitores que as recebem e as decifram ou lêem”, tratando-se de um dos possíveis olhares sobre o tema em questão.

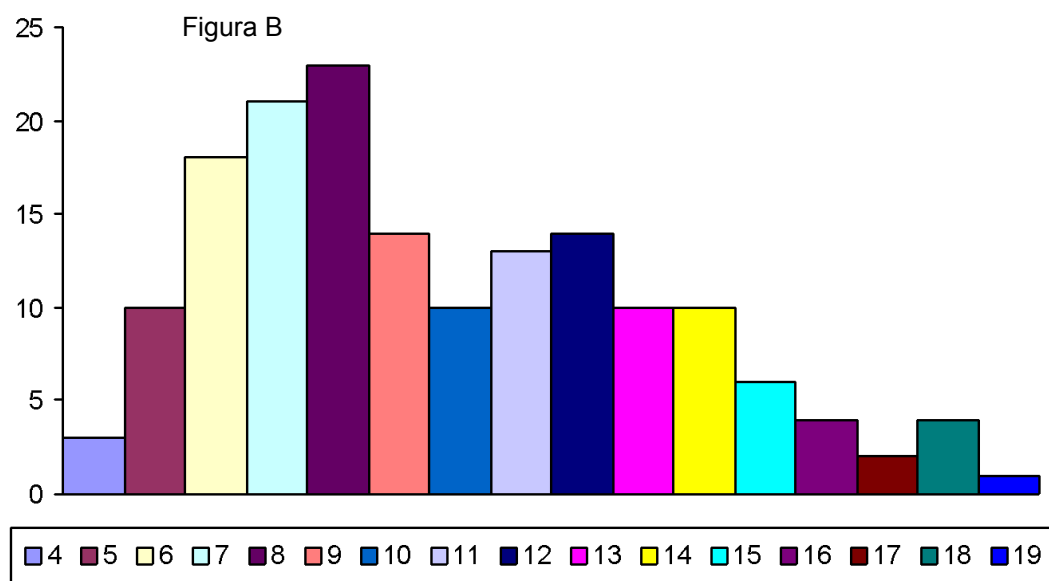
8.1.1 DA COLETA DE DADOS

Na coleta de dados, analisando as informações sobre idade, sexo, escola, bairro, ano de matrícula na instituição, tipo de atendimento individual prestado e quantidade de pessoas assistidas pelos profissionais, verificou-se:

- Das 164 crianças e adolescentes atendidos, 110 são do sexo masculino e 54 do feminino (figura A)



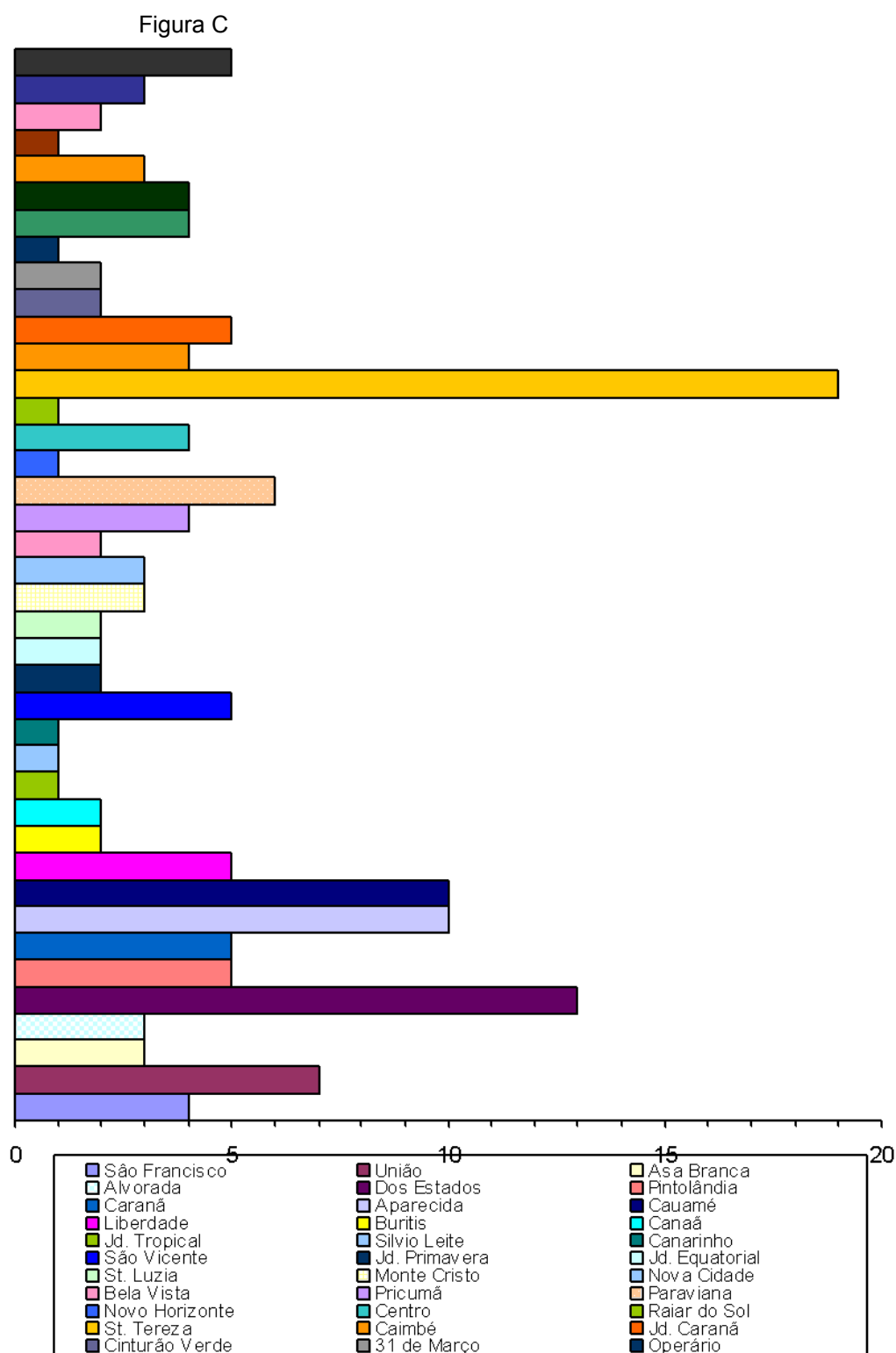
- Três crianças têm 4 anos; dez têm 5 anos; dezoito têm seis anos; vinte e uma têm 7 anos; vinte e três têm 8 anos; quatorze têm 9 anos; dez têm 10 anos; treze têm 11 anos; quatorze têm 12 anos; dez têm 13 anos; dez têm 14 anos; seis têm 15 anos; quatro têm 16 anos; dois têm 17 anos; quatro têm 18 anos e um está com 19 anos(figura B).



- As crianças atendidas pelo Centro são moradoras dos seguintes bairros (figura C):

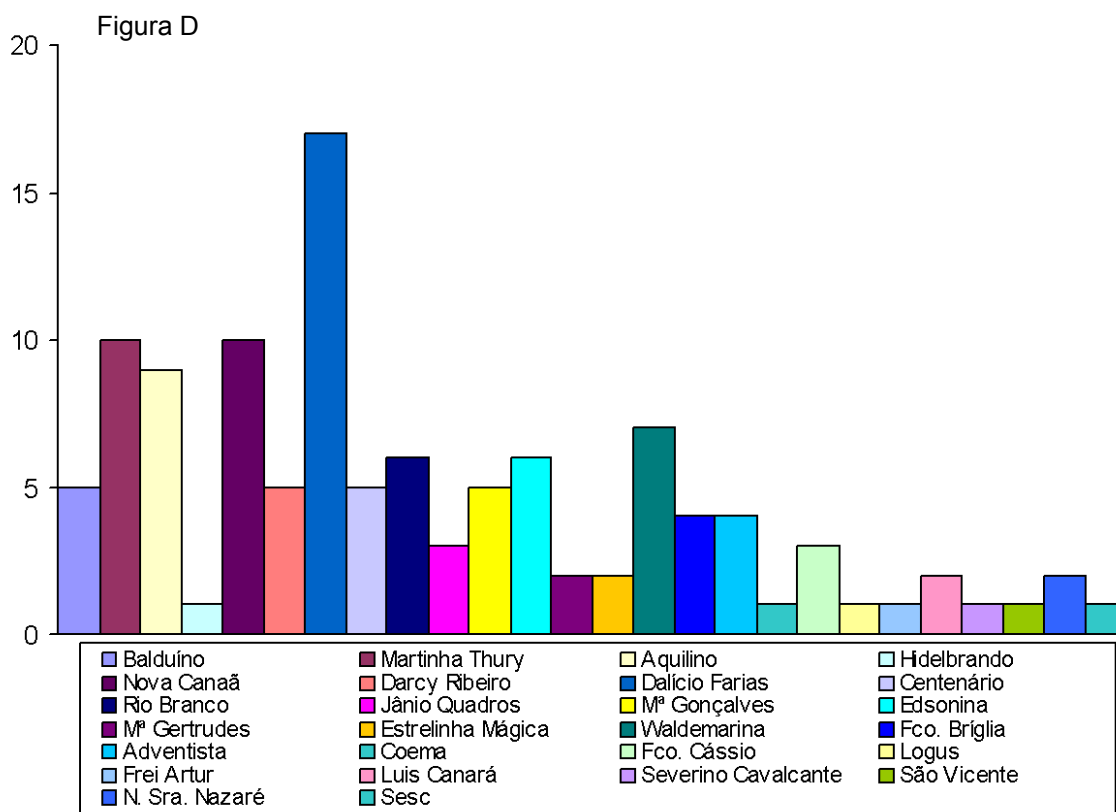
São Francisco – quatro; União - 7; Asa Branca - 3; Alvorada - 3; Dos Estados - 13; Pintelândia – 5; Caranã – 5; Aparecida – 10; Cauamé – 10; Liberdade – 5; Buritis – 2; Canaã – 2; Jardim Tropical – 1; Silvio Leite – 1; Canarinho – 1; São Vicente – 5; Jardim Primavera – 2; Jardim Equatorial – 2; Santa Luzia – 2; Monte Cristo – 3; Nova Cidade – 3; Bela Vista – 2; Pricumã – 4; Paraviana – 6; Novo Horizonte – 1; Centro – 4; Raiar do Sol – 1; Santa Teresa –19; Caimbé 4; Jardim

Caranã – 5; Cinturão Verde – 2; 31 de Março – 2; Operário – 1; Senador Hélio Campos – 4; Cambará – 4; Mecejana – 3; Tancredo Neves – 1; Bom Futuro – 2; Caçari – 3; Silvio Botelho – 5.



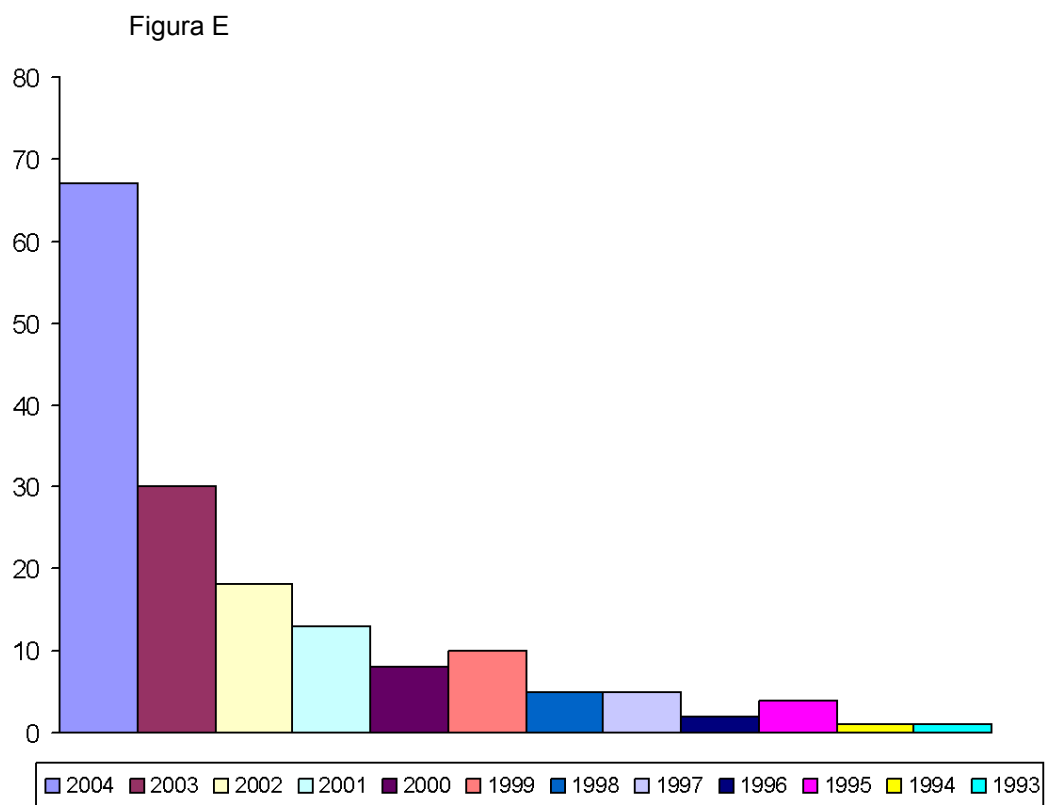
• Observou-se que as crianças são encaminhadas pelas mais diversas escolas da Capital, sendo que 49 crianças foram encaminhadas pela própria comunidade. Das levadas pelas escolas, temos (figura D):

5 – Escola Bauduina; 10 – Martinha Thury; 9 – Aquilino; 1 – Hidelbrando; 10 – Nova Canaã; 5 – Darci Ribeiro; 17 – Dalicio Farias; 5 – Centenário; 6 – Rio Branco; 3 – Jânio Quadros; 5 – Maria Gonçalves; 6 – Edsonina; 2 – Maria Gertrude; 2 – Estrelinha Mágica; 7 – Waldemarina; 4 – Francisco Briglia; 4 – Escola Adventista; 1 – Coema; 3 – Francisco Cássio; 1 – Logus; 1 – Frei Artur; 2 – Luis Canará; 1 – Severino Cavalcante; 1 – São Vicente de Paula; 2 – Nossa Senhora de Nazaré; 1 – Sesc.



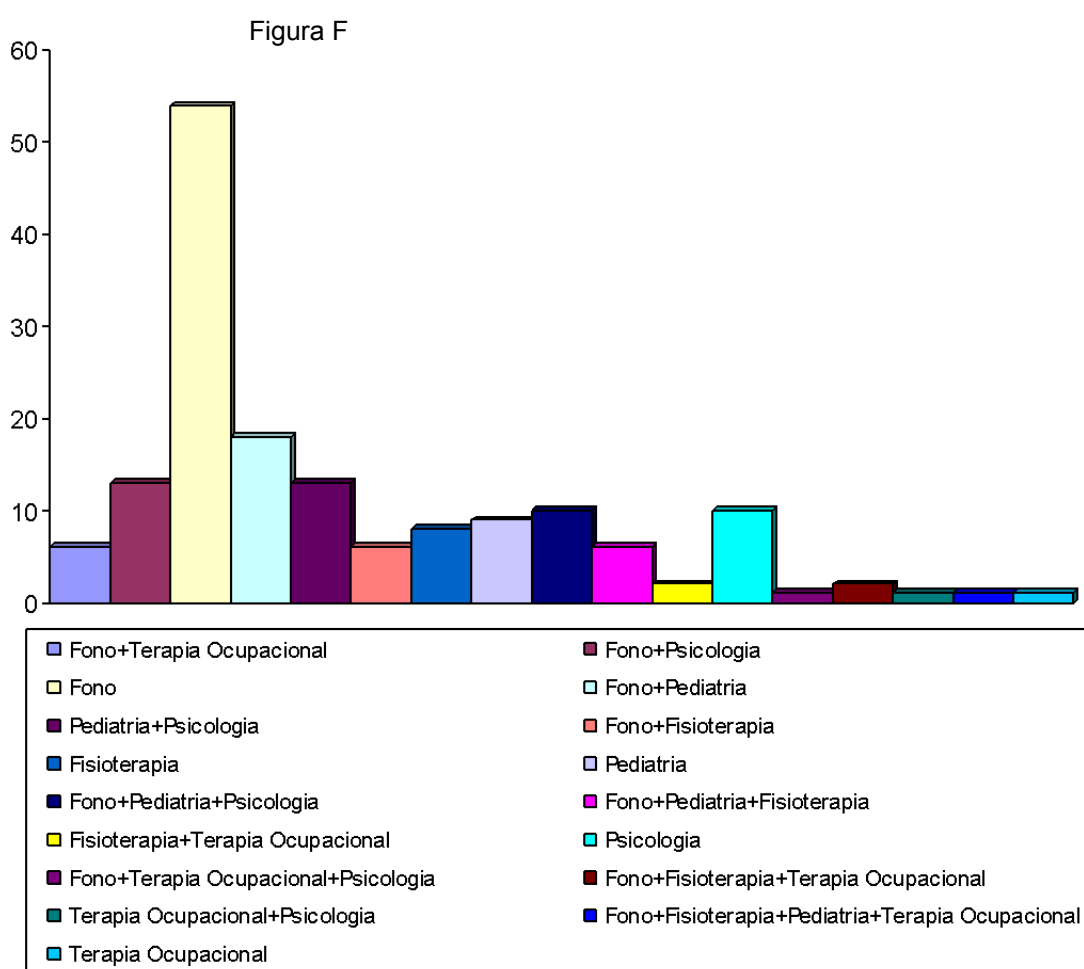
- Fato também importante observado durante levantamento de dados feito no Centro é a data de entrada das crianças, que varia de 1993 a 2004, conforme a figura E, sendo que:

1 criança entrou em 1993; 1 em 1994; 4 em 1995; 2 em 1996; 5 em 1997; 5 em 1998; 10 em 1999; 8 em 2000; 13 em 2001; 18 em 2002; 30 em 2003 e até novembro de 2004, 67 crianças.



- Por fim, observou-se também que das 164 crianças atendidas 1, faz Terapia Ocupacional, 1 é atendida simultaneamente por fonoaudiólogo, fisioterapeuta, pedagogo e terapeuta ocupacional; 1 por terapeuta e psicólogo; 1 por fonoaudiólogo, terapeuta e psicólogo; 2 por fonoaudiólogo, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional; 2

por fisioterapeuta e terapeuta ocupacional; 6 por fonoaudiólogo e fisioterapeuta; 6 por fonoaudiólogo e terapeuta; 8 por fisioterapeuta; 9 por pedagogo; 10 por fonoaudiólogo, pedagogo e psicólogo; 10 apenas por psicólogo 13 por pedagogo e psicólogo; outros 13 por fonoaudiólogo e psicólogo; 18 por fonoaudiólogo e pedagogo e 53 por fonoaudiólogo e psicólogo, conforme mostra a figura F.



8.2. VÍDEO-DOCUMENTÁRIO: UM MODELO, VÁRIOS OLHARES

Saber que se está inserido num contexto social onde a palavra sociedade não está realmente exercendo seu significado pleno é, no mínimo, decepcionante. Quando não se está envolvido de alguma forma com a questão, neste caso das muitas pessoas que são portadoras de alguma forma de necessidades especiais, não se faz idéia de quão problemático é ser visto com naturalidade.

A Sociedade é uma cópia da “organização” inserida na natureza e tem como base a seletividade; somos testados, avaliados, aceitos ou não todos os dias em relação às nossas fraquezas físicas, intelectuais, mentais.

A integração, mesmo sendo uma modalidade de ensino de Educação Especial praticamente ultrapassado, porque coloca a pessoa especial numa posição de desvantagem em relação à maioria das outras, forçando-a a se preparar para o mundo, é um mecanismo que a olhos vistos ainda tem dado resultados no âmbito municipal.

Não adianta apenas determinar uma nova forma de ver as coisas como é o caso da inclusão, e colocar isso no papel sem que a prática seja exercida de forma clara e dinâmica no dia-a-dia.

O Centro Municipal Integrado de Educação Especial faz sua parte e, apesar da falta de apoio, tem dado certo. As profundas diferenças entre integração e inclusão, pelo menos a partir deste trabalho, podem abrir a possibilidade para debates, pelo menos na esfera municipal.

Através deste vídeo-documentário, o título da obra dá um exemplo de proposta colocada em prática que é a integração social, onde as informações levantadas durante as visitas ao Centro instigaram a elaboração deste trabalho, apresentando sua estrutura atual, recursos, dificuldades e o importante papel que vem desempenhando na sociedade boa-vistense, no intuito de tornar possível a integração de alunos com necessidades especiais que encontram dificuldades no dia-a-dia escolar, à espera do processo de inclusão, tão defendido atualmente.

Importa salientar que o documentário consta de depoimentos de familiares dos alunos e funcionários do Centro, mostrando a essência do trabalho ali desenvolvido, onde todos se empenham no desenvolvimento das crianças, tendo gerado grandes, mas lentas conquistas nessa área, como visto nas histórias relatadas.

8.2.1. O QUE É DOCUMENTÁRIO

No *site* Ciência e Cultura¹², Ana Carolina Freitas afirma que, na visão do crítico e professor de cinema Jean Claude Bernardet, “O bom documentário tende à ficção; a boa ficção tende ao documentário”.

Segundo ela, para o cineasta Eduardo Coutinho de Cabra marcado para morrer e Edifício Máster, “O documentário não tem que informar, educar, não é jornalismo; mostra maneiras de se ver o mundo”.

¹² <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n4/a26v56n4.pdf>

Conforme informações do mesmo site, a pesquisadora Cristina Melo, no XXV Congresso anual em Ciências da Comunicação, em 2002, “o fato de ser um discurso sobre o real e utilizar imagens *in loco* são características que aproximam o documentário da prática jornalística.

Para Gonçalo Medail e Manuela Penafria¹³, da Universidade da Beira Interior, o vídeo apela para à interligação entre todas as formas de percepção, a uma mistura entre cinema, teatro, pintura, dança, escultura, musica e mesmo a chamada “cultura popular”, abrindo caminho a uma libertação da representação para domínios não racionais e mais sensoriais.

Na concepção dos professores, o vídeo funciona como um meio privilegiado para o artista expressar os seus medos, as suas memórias.

Afirmam também que o documentário é sempre uma obra muito pessoal, acima de tudo transmite o relacionamento que os documentaristas estabelecem com os intervenientes do filme.

Ainda na visão dos professores, o documentarismo é um processo que envolve o documentarista, o filme em si, os intervenientes no filme e os espectadores do filme.

O documentário é, então, uma obra individual, defrontando-se com os espectadores na partilha de experiências vividas. Sempre foi interativo, sempre se

¹³ <http://ubista.ubi.pt/~comum/madail-penafria-digital.html>

preocupou com uma relação privilegiada com o espectador, pretendendo revelar-lhe o mundo em que vive, mostrar-lhe diferentes visões desse mundo.

Assim, o documentário tem a faculdade de aproveitar as possíveis formas que resultam do atual desenvolvimento tecnológico e utilizá-las para cumprir a sua função de revelar diversos aspectos do mundo, da vivência, da humanidade.

Na mesma concepção, o gênero documentário sempre trabalhou a relação forma-conteúdo como duas entidades distintas, mantendo sempre uma responsabilidade perante os conteúdos. Ele favorece a experimentação.

8.2.2. DOCUMENTÁRIO: A HISTÓRIA

O filme documentário, segundo Thiago Altafini (1999)¹⁴ nasceu com o cinema, no final do século passado. Os primeiros filmes produzidos pelos pioneiros da fotografia em movimento eram registros documentais das atividades urbanas da época.

No Brasil, o documentário junto com o cinema de ficção, de curta metragem, teve o papel de escola para cineastas iniciantes. Entretanto muitos diretores brasileiros aprimoraram-se no gênero, continuando a produzi-los, mesmo depois de se tornarem famosos, merecendo destaque Humberto Mauro, nos anos de 30 e 40; Eduardo Coutinho, Geraldo Sarno, Vladimir de Carvalho, Leon Hirzman, João Batista de Andrade (dos anos 60 a 80) e, atualmente, João Moreira Salles, Aurélio Michiles, e Ricardo Dias.

¹⁴bocc.ubi.pt/pag/Altafini-thiago-Cinema-Documentario-Brasileiro.html

Altafini (1999) afirma que, com a introdução do sistema de televisão a cabo, no Brasil, os cineastas documentaristas brasileiros começaram a desfrutar do espaço televisivo para suas produções, surgindo ainda canais especializados com uma grande possibilidade de venda de produções para canais estrangeiros, sendo hoje em dia muito usado pelas Tvs públicas educativas e culturais do País.

A primeira tomada feita no Brasil foi em julho de 1898 por Afonso Segreto, cujo irmão era dono de salas de cinema e teatro, um dos maiores promotores de entretenimento do Rio e São Paulo na época.

Conforme Thiago Altafini (1999), o primeiro plano cinematográfico realizado no Brasil mostra a entrada do navio na Baía de Guanabara. E em outubro de 1906, um crime ocorrido no Rio de Janeiro é transformado em dois filmes de sucesso, surgindo o gênero sensacionalista, já explorado no jornalismo popular.

De 1908 a 1912, o cinema brasileiro passou por um período de prosperidade comercial e artística, chamado de “Bella Época” mas, com a Primeira Guerra Mundial acontece a primeira crise do cinema brasileiro, onde o mercado brasileiro cinematográfico se rende à produção internacional, tendo o Cinema norte-americano imposto um monopólio comercial.

No período do Estado Novo (1937 – 1945), o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda e os DEIPs – Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda dominaram a produção de jornais cinematográficos, eliminando os

concorrentes e fazendo desaparecer a maioria das produtoras independentes. A propaganda governamental ou privada era o sustentáculo dos filmes documentários.

No final da década de 40, o Brasil vivia um período de democracia, representando um antagonismo entre os ideais socialistas e o capitalismo, surgindo nessa época a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, idealizada pelo engenheiro italiano Franco Zampari, cujo lema era “Produção Brasileira de Padrão Internacional” intencionando uma produção cinematográfica em escala industrial influenciada pelo modelo *holliwoodeano*.

O Cinema Novo surgiu nos debates e congressos de Cinema realizados em 1952 e 1953.

A nova geração era influenciada por movimentos cinematográficos internacionais como o Neo-realismo italiano, e a Nouvelle Vague francesa, também influenciados por teorias russas. Nessa época, dois documentários foram considerados percussores do Cinema Novo: Arraial do Cabo (1959) e Aruanda (1960), alcançando suas maiores realizações.

O moderno documentário brasileiro também nasceu nas Universidades com produções do movimento estudantil, através da UNE – União Nacional dos Estudantes, merecendo destaque o longa produzido pelo CPC – Centro Popular de Cultura, Cabra Marcado para Morrer (1964), dirigido por Eduardo Coutinho.

8.2.3 TÍTULO DO DOCUMENTÁRIO

O título “Centro Municipal Integrado de Educação Especial: um modelo, vários olhares” defende o resgate da identidade do Centro como um modelo de Educação Especial tido por muitos olhares como obsoleto, mas, por outros, como a única esperança de um processo de integração e a provável oportunidade de uma inclusão social.

8.2.4 O POR QUÊ DO TÍTULO

A escolha do título aconteceu a partir da ampla visão que o vídeo documentário permite à obra, como uma versão incompleta da realidade, dando ao espectador a oportunidade de lançar um olhar sobre o objeto que lhe é apresentado e dele estabelecer a sua própria visão.

O tema traz em si uma essência de diversidade de opiniões, uma vez que a Integração tem sido vista como uma modalidade de Educação Especial já ultrapassada. Entretanto, a proposta de Inclusão, que teoricamente substituiria a integração, ainda não se faz tão presente como a teoria deseja, por motivos que a sociedade precisa repensar.

Percebe-se que a Integração já não atende mais às necessidades sócio-educacionais exigidas. Mas, especialmente, na nossa realidade municipal, ainda não se tem uma estrutura para tal processo inclusivo, restando reconhecer que o modelo de integração adotado pelo Centro Municipal Integrado de Educação Especial tem sido uma das poucas saídas encontradas para a afirmação da

cidadania das muitas pessoas mantidas à margem das atenções das políticas públicas, quer seja de âmbito estadual ou municipal.

8.2.5 O INEDITISMO DA OBRA

Até hoje não houve um trabalho que reconhecesse a importância do Centro Municipal Integrado de Educação Especial, como modelo de resgate da cidadania e integração à Escola.

A ausência de uma identidade deixa qualquer pessoa, instituição, ou até mesmo um Estado sem ter como se avaliar. Quem é, de onde vem e para aonde vai ainda causa medo. Se pelo menos se é identificado e se sabe quantos são, acontece a força capaz de mudar a “ordem” estabelecida das coisas.

Certamente este trabalho não descansará nas prateleiras da academia, mas será fonte de avaliação e pesquisa, bem como registro que venha reforçar a necessidade de criação do estatuto e regimento interno, instrumentos norteadores das futuras ações daquela Instituição.

8.2.6. A ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO

O Centro deve ser tratado como referência de atendimento de grande valia para a sociedade boa-vistense e está sem a necessária visibilidade para desenvolver-se nesse contexto social. Mostrar que ele existe foi o primeiro passo

tomado. Chamar atenção para políticas públicas que mudem essa realidade é de suma importância.

8.2.7. PLANO DE PRODUÇÃO

Pesquisa	Junho/ julho.....6 semanas
Pré-produção	Julho/ agosto.....3 semanas
Filmagens	Agosto/setembro... 8 semanas
Edição	Outubro... 2 semanas
Finalização	Novembro/ dezembro...2 semanas
Total de dias necessários	
Data provável	

8.2.8. ROTEIRO DO DOCUMENTÁRIO

OFF/ VÍDEO-DOCUMENTÁRIO:

“CENTRO MUNICIPAL INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM MODELO, VÁRIOS OLHARES”

Sobe som

Off: Todos os dias dezenas de crianças brincam no pequeno parquinho do Centro Municipal Integrado de Educação Especial. Deixá-las bem à vontade faz parte do trabalho de atendimento.

Sobe som

Off: O Centro localizado na rua Paraíba no Bairro dos Estados é referência para crianças e adolescentes que possuem necessidades especiais e estudam nas

escolas do município; a maioria das pessoas não sabe, mas esse difícil trabalho começa na sala de aula.

Sonora: Noraney Lopes de Souza (Coordenadora do Centro)

“O professor tem que detectar...aqui no centro.”

Off: O ônibus que transporta as crianças não pára, pela manhã e também à tarde elas chegam com toda a energia para mais um dia de atendimento. Cerca de 12 técnicos dão conta de 164 meninos e meninas não só da rede municipal de ensino, que é prioridade, mas da comunidade que também é assistida aqui. Noraney Souza, Coordenadora do Centro Integrado conta como os profissionais se organizam.

Sonora: Noraney Lopes de Souza (Coordenadora do Centro)

“Fazemos reuniões...dando conta.”

Off: As fotografias do cartaz mostram os diversos tratamentos oferecidos aqui, que ajudam no desenvolvimento das crianças na escola; a frase na parede resume essa tarefa.

Sobe som.....

Off: Na sala de recursos também tem brincadeiras, só que dessa vez o objetivo é bem diferente.

Sonora: Consolata Veras de Oliveira (Pedagoga)

“É, complementa...joguinhos.”

Off: A pedagoga sabe que não é só a criança ou adolescente que evolui com as atividades, o lado humano de ambos, profissional e ser social é intensamente reforçado.

Sonora : Consolata Veras de Oliveira (Pedagoga)

“...É um trabalho muito gratificante...(até o final da frase)”

Sobe som.

Off: A fisioterapia trata das lesões que comprometem os movimentos do corpo, o fisioterapeuta José Uchoa explica quais algumas das técnicas empregadas na busca pela recuperação.

Sonora: José Uchoa (Fisioterapeuta)

“...A gente usa a cinesioterapia....tratar.”

Off: Francisco de 13 anos de idade tem miopatia, uma distrofia muscular progressiva, os exercícios ajudam a fortalecer a musculatura e retardar a evolução da doença, que nesse caso, não tem cura. O médico atende aos pacientes que precisam de fisioterapia duas vezes por semana, uma das preocupações é o abandono do tratamento.

Sonora : José Uchoa (Fisioterapeuta)

“...Quando a criança é da escola...da criança.”

Off: Segundo Uchôa a evolução do tratamento, na maioria das vezes, é lenta e a participação da família é fundamental nesse processo.

Sonora: José Uchoa (Fisioterapeuta)

“...A gente orienta a família...(até o final da frase)”.

Sobe som.

Off: A terapia ocupacional é outro tratamento paralelo à escola, realizado no Centro Municipal Integrado de Educação Especial.

Sonora: Márcio Carlos do Nascimento (Terapeuta Ocupacional)

“...Antes o professor...atendimento.”

Off: Esse estímulo fortalece não só a parte física ou mental das crianças atendidas aqui, mas trabalha também a auto estima de cada uma delas. E em muitos casos essa tarefa começa logo após o nascimento.

Sonora: Márcio Carlos do Nascimento (Terapeuta Ocupacional)

“.....As crianças quando saem da maternidade...especializado.”

Off: Segundo o terapeuta ocupacional, o apoio em casa deve ser integral

Sonora: Márcio Carlos do Nascimento (Terapeuta Ocupacional)

“...Em casa...(até o final da frase)”.

“...O mais gratificante...muito obrigado”.

Sobe som

Off: O exercício na frente do espelho ou os desenhos coloridos feitos pelas crianças são parte de outro atendimento que ajuda na recuperação da autoestima e do desenvolvimento humano. É na sala de fonoaudiologia que a expressão e a fala são trabalhados todos os dias. Em média 8 crianças passam pelas mãos de Ana Carolina, que explica o trabalho dela.

Sonora: Ana Carolina Ozório e Silva

“...Quando você vê na criança...especiais.”

“...É fundamental que haja esse laço...criança.”

Sobe som.

Off: O trabalho do Centro iniciado a 13 anos ainda é desconhecido pela maioria das pessoas, a falta de um regimento interno impede que o Centro possa se auto manter e não depender apenas de poucos recursos conseguidos através da Secretaria Municipal de Educação, pois neste caso a integração é um subsídio a mais para as escolas municipais e ajuda na sociabilidade com a superação de problemas de aprendizagem na sala de aula. A pedagoga Bernadete Lima está no Centro para mudar esta questão. Ela já trabalha na elaboração do documento que vai dar suporte para as mudanças.

Sonora: Maria Bernadete Lima (Pedagoga)

“Atualmente eu estou trabalhando...do regimento.”

“ Um trabalho mais integrado...melhorar o Centro.”

Off: Para a pedagoga, além da luta pela criação do regimento interno. todos os dias o pessoal que trabalha aqui não se deixa envolver por um inimigo silencioso que deixa marcas profundas em qualquer relação humana: o preconceito.

Sonora: Maria Bernadete Lima (Pedagoga)

“...Todo mundo procura superar...pros profissionais.”

Off: Bernadete reforça a importância da sociedade na busca por respeito e dignidade das pessoas que por algum motivo precisam de cuidados especiais.

Sonora: Maria Bernadete Lima (Pedagogia)

“...A comunidade deveria ser mais inserida (até o final da frase)”.

Sobe som

Off: A pequena Milena de 5 anos de idade não está matriculada na rede municipal de ensino mas é uma das muitas crianças que são atendidas no centro pela comunidade. Ela tem paralisia cerebral e a mãe, dona Eliane, só percebeu alguns meses depois do nascimento da menina.

Sonora: Eliane Marques (dona de casa)

“...Depois de alguns meses...tratamento.”

Off: Com orientação de uma pessoa desconhecida ela levou a filha ao Centro Municipal Integrado de Educação

Sonora: Eliane Marques (dona de casa)

“...através de uma senhora...todos os dias”

Off: A mãe conta que muitas mudanças aconteceram a partir de então.

Sonora: Eliane Marques (dona de casa)

“A Milena antes de ir pro centro...corre, né.”

“...é muito importante o trabalho deles...(até o final da frase)”.

Off: Com ajuda da fisioterapia e da fonoaudiologia a um ano Milena tem conseguido estar na sala de aula como qualquer criança da idade dela, mas o caminho pela educação diferenciada na escola ainda é longo.

Sonora: Eliane Marques (dona de casa)

“...A única dificuldade...se dar bem.”

“...Quando eu entrei lá...e nada.”

Sobe som

Off: Apesar das diferenças entre os modelos inclusão e integração, que a lei determina como antigo ou atual, sem mesmo ter da nossa sociedade a resposta

imediatamente que se espera, hoje, em Boa Vista, pessoas como a pequena Milena têm apoio e carinho não só em casa, mas no Centro que dá a ela o direito de participar da vida social e se sentir segura no lar ou fora dele, só assim outras pessoas vão poder vê-la, conhecê-la melhor e descobrir seus encantos.”

Sonora: Eliane Marques (dona de casa)

“...Tudo nela me chama atenção...as coisas.”

(imagem em slow motion da criança e encerra com o sobe som)

Final de Off.....

Ficha Técnica:

Vídeo-Documentário “ Centro Municipal Integrado de Educação Especial: Um Modelo, Vários Olhares”.

Direção/ Produção: Marcelino Júnior

Imagens: Adriano Silva

Edição de Imagens: Rubiney Souza

Edição de Texto: Marcelino Júnior

Orientação: Professor Maurício Zouein

CONCLUSÃO

É preciso proceder a uma avaliação responsável quando se levanta a bandeira da inclusão de pessoas que historicamente foram e ainda são excluídas da sociedade, praticamente em todos os segmentos. É urgente que educadores e pesquisadores se unam para pesquisar e discutir esta temática, em todos os níveis e modalidades de ensino.

É necessário que sejam eliminados os mecanismos e procedimentos que vêm dificultando a integração e a inclusão de todos na escola pública e gratuita com a qualidade esperada pela sociedade, o que não implica na extinção sumária de serviços e auxílios especiais.

É urgente também, que as diferenças entre as necessidades educacionais especiais e as necessidades educacionais comuns se tornem cada vez menores até o ponto em que as necessidades singulares de cada educando possam ser percebidas e atendidas pela escola comum de "especial" qualidade.

Nas situações onde tal circunstância não esteja ocorrendo, será importante, ainda, propiciar aos alunos com necessidades educacionais especiais os recursos educacionais também especiais que venham a demandar para que sua escolarização ocorra satisfatoriamente e sejam evitados tantos outros mecanismos de discriminação negativa e exclusão tão bem conhecidos pelos educadores brasileiros.

A sociedade democrática precisa defender uma educação de qualidade para todos, sem qualquer exclusão, sob qualquer pretexto, eliminando o preconceito e a discriminação negativa na escola, passando a conhecer os principais obstáculos e suas justificativas.

Por fim, é preciso deixar claro que a escola é apenas uma dentre as instituições sociais. Ela pode até desencadear internamente mudanças para a obtenção de resultados mais imediatos, mas, isoladamente pouco poderá fazer ou mesmo mudar de fato, enquanto a sociedade não adotar uma postura de mudança frente à estagnação instalada nesse âmbito, sem esquecer, no entanto que é a educação escolar a mola impulsora das mudanças sociais.

Portanto, todos os segmentos, incluindo a Mídia e a Sociedade Civil, precisam estar unidos na luta contra a segregação, por qual motivo for.

Em especial em Roraima, as políticas públicas educacionais precisam estar mais empenhadas à educação especial, pois mesmo sendo o Centro Municipal Integrado de Educação Especial um grande conquistador de um espaço “especial”

na sociedade Roraimense, ajudando a transformar vidas ao longo desses anos, o Centro Integrado precisa de mais apoio, que os recursos sejam destinados de fato ao seu fim, que as vontades políticas, sejam aplicadas para a integração e inclusão social e que outros centros surjam em Roraima e que as escolas e seus profissionais seja mais trabalhados.

Enfim, que o povo de Roraima, no que tange aos que precisam de atendimento especial, não tenha só o Centro como referência de atendimento especial, até porque não basta integrar, tem-se que buscar a inclusão, mas que as políticas públicas estaduais engajem mais adeptos à causa e consiga angariar melhorias.

REFERÊNCIAS

- BATESON, G. **Pasos hacia una ecologia de la mente: una aproximación revolucionaria a la autocomprensión del hombre**. Buenos Aires: Planeta/Carlos Lohlé, 1991
- BERNAL, Cintia M. F. (2000) **Posso entrar? Um estudo sobre a inclusão de alunos com deficiências físicas em instituições de ensino regular na cidade de Sorocaba**. Dissertação de mestrado, Universidade de Sorocaba, São Paulo, 2000.
- BRASIL. Lei nº 9394/96 de 20/12/96- **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional (LDB)**. Brasília,1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo : Atlas, 1988.
- BRASIL/MEC. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC/SEESP, 1994.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, MEC, 1993.
- BUENO, José Geraldo . **Educação especial brasileira: Integração/segregação do aluno deficiente**. São Paulo:Educ/PUC,1993.
- CAMPOS, Luciana M. Lunardi. **A rotulação de alunos como Portadores de “Distúrbios ou Dificuldades de Aprendizagem”**: uma questão a ser refletida. In: *Idéias: os desafios enfrentados no cotidiano escolar*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1997.
- CARVALHO, Rosita E. **A Nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA,1997.
- CEDES (Centro de Estudos, Educação e Sociedade. Caderno CEDES 46. **A Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n.2 p.47-52, jul/dez., 1991.

EIZIRIK, M.; COMERLATO, D. **A escola (in)visível : jogos de poder/saber/verdade**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

FERRARO, Alceu R. **Diagnóstico da escolarização no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*, nº.12, 22-47,1999.

FERREIRA, Júlio R. **Necessidades especiais e políticas educacionais** *Teoria e Prática da Educação*, vol. 2(4), 11-18,1999.

FONSECA,V. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir : história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Ana Carolina. Vídeo documentário. Disponível em:
<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n4/a26v56n4.pdf>. Acesso em: 12/12/2004.

GARCIA, Rosalba.M. **A educação das pessoas consideradas portadoras de deficiência. uma questão histórica**. Caxambu. ANPED, 1996.

_____. Interações voltadas à cidadania e à filantropia na escolarização de sujeitos que apresentam sequelas motoras. *XXII Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, 1999.

HANZE, Amélia. **História da Educação Especial**. Disponível em:
<http://forum.brasilecola.com>. Acesso em: 12/09/2004.

Manual da Mídia Legal.Escola de Gente/MPF/ANDI/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

MADAIL,Gonçalo; PENAFRIA, Manuela. **Novas Linguagens Audiovisuais Tecnológicas. O Documentário enquanto Gênero de Experimentação**. Disponível em:

<http://ubista.ubi.pt/~comum/madail-penafria-digital.html>. Acesso em: 12/09/2004.

MAZZOTTA, Marcos J.S: **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Educação Escolar: Comum ou Especial?** Disponível em:
<http://www.defnet.org.br/mazzott2.htm>. Acesso em 12/09/2004.

MEC/ SEESP **Educação especial no Brasil: perfil do financiamento e das despesas**. Brasília,1996.

_____. **Plano Nacional de Educação – proposta do Executivo ao Congresso Nacional**. Brasília, 1998.

_____/ INEP. **Situação da educação básica no Brasil**. Brasília, 1999.

Mídia e Deficiência. Vol. 2. ANDI; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. 2003.

LAVRADOR. F. Gonçalves. **Estudos de Semiótica Fílmica**. Introdução Geral e Prolegonemos. Porto: Afrontamento, 1984.

WERNNECK, Claudia. **Quem cabe no seu TODOS?** São Paulo: WVA, 1999.

ANEXOS

FOTOS DO CENTRO MUNICIPAL INTEGRADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL



Foto 1 - Fachada do Centro Municipal Integrado de Educação Especial



Foto 2 – Marcos Vinicius (5 anos) em atividade de fisioterapia no Centro Integrado. Ao fundo, fisioterapeuta observando a atividade da criança.



Foto 3 – Rafael (13 anos) em atividade de fisioterapia no Centro Integrado



Foto 4 –Rafael (13 anos) em atividade de fisioterapia no Centro Integrado



Foto 5 –Rafael (13 anos) em atividade de fisioterapia no Centro Integrado. Ao fundo, fisioterapeuta trabalhando os movimentos de Milena (5 anos).



Foto 6 – Fisioterapeuta em atividade com Milena (5 anos)



Foto 7 – Milena (5 anos) em fisioterapia no Centro Integrado



Foto 8 – Crianças em atividades coletivas no Centro Municipal Integrado



Foto 9 - Wagner (6 anos) em atividade no Centro Municipal Integrado



Foto 10 – Wagner (6 anos) em atividade com a fonoaudióloga



Foto 11 – Crianças brincando no parquinho do Centro Integrado



Foto 12 – Crianças brincando no parquinho do Centro